TCE-MT contribui para criação do Código Nacional de Processo de Controle Externo

Tribunal de Mato Grosso participa ativamente na elaboração de código unificado apresentado em Belém

Representantes do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) participaram da apresentação da minuta do Código Nacional de Processo de Controle Externo (CNPCE) durante o X Encontro Nacional dos Tribunais de Contas, realizado em Belém entre 24 e 27 de novembro. Três auditoras de controle externo da instituição mato-grossense integraram a comissão nacional responsável pelo projeto.

Lisandra Ishizuka Hardy Barros, secretária-executiva do CNPCE e secretária de Normas, Jurisprudência e Consensualismo do TCE-MT, integra a comissão ao lado das auditoras Mônica Cristina Acendino e Laura Helena Baby. O projeto, iniciativa da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), busca estabelecer uma base processual padronizada, fortalecendo a segurança jurídica e o devido processo legal.

Conforme explicou Lisandra Barros, o Código de Processo de Controle Externo de Mato Grosso funcionou como principal referência para a construção do código nacional. O trabalho foi resultado de três anos de desenvolvimento colaborativo entre diferentes tribunais de contas brasileiros, mantendo a autonomia e especificidades de cada instituição.

A proposta abrange diversos eixos importantes, incluindo garantias éticas, jurídicas e processuais; espécies e etapas dos processos; participação e tutelas; consensualismo; precedentes e recursos; prescrição e decadência; cooperação institucional e governança de inteligência artificial. O objetivo central é garantir um controle externo mais seguro juridicamente, ético, moderno e efetivo.

A comissão realizou consulta institucional com 62 instituições e instâncias técnicas, envolvendo tribunais de contas estaduais, municipais e distrital, o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O levantamento preliminar registrou 509 contribuições, das quais 89,4% apresentaram conteúdo de mérito. A consolidação final do CNPCE está prevista para 2027.

Durante o encontro, Lisandra Barros e Mônica Acendino também participaram da reunião nacional da Rede Consenso, instituição criada pela Atricon em parceria com o Instituto Rui Barbosa para fortalecer o consensualismo nos tribunais de contas brasileiros. O TCE-MT destacou-se pelo protagonismo na implementação de práticas consensuais, com destaque para as Mesas Técnicas desenvolvidas pela instituição.

A Rede Consenso apresentou a minuta de resolução com diretrizes nacionais e o Diagnóstico do Consensualismo nos Tribunais de Contas, oferecendo referências comuns para a atuação consensual. A agenda incluiu metodologias para soluções consensuais, banco de boas práticas, repositório normativo e programas de capacitação coletiva.